

AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL

Rosana Akemi Pafunda*

Perante a crescente demanda energética e o prenúncio do processo de esgotamento da matriz de origem fóssil, na qual se assenta o consumo mundial, o Brasil tem se destacado como o pioneiro no desenvolvimento de fontes alternativas de energia, cujo caráter se fundamenta preferencialmente, por representar um modelo renovável e ecologicamente viável.

Neste contexto globalizante, o discurso governamental elege o biodiesel como sendo um fator preponderante de solução para os problemas ambientais em pauta, tais como o desequilíbrio climático, em função da produção exacerbada de poluentes.

Todavia, é necessária extrema cautela para executar o empreendimento em questão dada as experiências históricas brasileiras nas quais, uniades agrícolas ditas familiares, na realidade, mascaram monoculturas do agronegócio, que nada mais são do que componentes predatórios da biodiversidade local, perpetuadores da concentração fundiária e, cujo sustentáculo se estrutura, fundamentalmente, sobre o trabalho exploratório da mão-de-obra rural.

A nova dinâmica territorial requer uma perspectiva compatível à sua natureza, ou seja, a do território, onde as teorias setoriais de crescimento econômico tornam-se obsoletas.

Nesse sentido, as estratégias de desenvolvimento que têm como “gancho” o fomento de uma política nacional voltada ao cultivo de oleaginosas e a implementação de usinas de biodiesel, precisam incorporar os vários agentes sociais envolvidos, seja na labuta, seja enquanto habitantes do lugar selecionado para a produção, antevendo suas necessidades e interesses muitas vezes conflitantes.

A configuração de uma composição harmônica entre os vários elementos constituintes do território é indispensável, afinal, o cerne da existência deste se encontra justamente no poder exercido por cada um deles.

No momento em que subestimamos as raízes histórico-culturais das populações ou negligenciamos, à degradação, os atributos locais, afunilamos nossa visão focando um novo segmento

puramente econômico ao qual, em contrapartida, não compensará as profundas perdas e danos causados ao meio ambiente e a sociedade como um todo.

Por ventura, novamente a intervenção pública se fará presente por meio de medidas compensatórias que visam atenuar os desequilíbrios causados, realimentando a trajetória de mais um ciclo vicioso que nos acompanha há séculos, como nos conhecidos programas de Planejamento Regional e suas vicissitudes.

Portanto, no que tange a equidade entre a valoração do trabalho sob o viés da rentabilidade satisfatória, a promoção de oportunidades e o respeito à identidade cultural em relação ao lugar, assim como aos modos de vida, sendo que estes se materializam enquanto necessidades éticas (essencialidades humanas), ainda existem lacunas na probabilidade de execução do projeto de implantação do biodiesel.

Por assim dizer, a nova dinâmica territorial exige uma abordagem contemplativa da unidade de forma multidimensional, tal como atenta à totalidade em suas particularidades.

* Graduada em Geografia junto ao Programa de graduação em Geografia da FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente. Email: *akemi.jp@gmail.com*.